



DISCUSSÃO SOBRE A PRAÇA DA SOBERANIA REACENDEU A POLÊMICA EM TORNO DA RELAÇÃO ENTRE TOMBAMENTO E EVOLUÇÃO DA CAPITAL

Tombamento não é engessamento

ELISA TECLES

DA EQUIPE DO CORREIO

Mesmo antes de ser inaugurada, Brasília estava oficialmente protegida contra mudanças no projeto idealizado por Lucio Costa. Em 13 de abril de 1960, a Lei Santiago Dantas determinou que qualquer alteração no Plano Piloto dependeria de autorização por lei federal. Nos anos que se seguiram, a capital recebeu o título de patrimônio da humanidade e teve monumentos e concepção urbanística tombados. Quase meio século depois, a polêmica sobre o projeto de Oscar Niemeyer para a Praça da Soberania na Esplanada dos Ministérios despertou questões sobre o tombamento e até onde ele interfere na evolução da cidade. O obelisco e o novo museu seriam erguidos no canteiro central da Esplanada, onde não são permitidas edificações acima do nível do solo.

A área tombada de Brasília é delimitada por quatro pontos de referência: a leste pela orla do Lago Paranoá, a oeste pela Epia, ao sul pelo Córrego Vicente Pires e ao norte pelo Córrego Bananal (veja arte). Os limites compreendem as asas Sul e Norte, o Eixo Monumental, Sudoeste, Cruzeiro, Candangolândia, Setor Militar Urbano e o futuro Noroeste. Nesses locais, devem ser respeitadas as quatro escalas previstas por Lucio Costa

RESTRIÇÃO
4
escalas
previstas por Lucio Costa devem ser respeitadas na área preservada: monumental, residencial, gregária e bucólica

deverem ser respeitadas as quatro escalas previstas por Lucio Costa (monumental, residencial, gregária e bucólica) e as proporções volumétricas por ele estabelecidas (tamanho dos prédios, das quadras comerciais, áreas verdes etc).

Críticos da Praça da Soberania usaram o tombamento como argumento para contestar a construção no gramado da Esplanada, mas o caso específico da área central não se aplica a todas as regiões do Plano Piloto. "Desde que foi tombada, em 1987, a cidade sofreu quase todas as alterações julgadas necessárias. O tombamento pode ser conciliado com o desenvolvimento", afirmou Carlos Madson, arquiteto e mestre em planejamento urbano. O especialista lembra que Brasília ganhou elementos de cidade grande sem entrar em conflito com o tombamento, como no caso do metrô. O problema, considera, são os exageros propostos, a exemplo das tentativas de aumentar o gabarito dos prédios nas superquadras.

Arquiteta e professora da Universidade de Brasília (UnB), Sylvia Ficher descreve o tombamento como um dos elementos que regem a capital, mas não o único. As normas que regulamentam o gabarito, a construção e a atividade do prédio podem ser mais

determinantes sobre o que se faz ou não na cidade. "Elas dizem respeito a toda a área urbana do DF. Elas é que podem engessar ou não as cidades". A área protegida de Brasília é importante turística e simbolicamente para a cidade, mas a preservação de outros espaços também é essencial. "Não é só a Esplanada dos Ministérios. Você vai tirar o relógio da praça de Taguatinga ou a caixa d'água de Ceilândia? Você perde um elemento de identidade", explicou Ficher.

Limites

O tombamento do Plano Piloto é volumétrico, ou seja, preserva os limites dos prédios, áreas verdes e áreas públicas. Não interfere nas cores ou materiais usados nas fachadas. No entanto, alterações que vão além do permitido podem ser encontradas facilmente. Nas asas Sul e Norte, é comum ver pilotis fechados com grades ou cercas vivas, impedindo a passagem de pedestres.

O problema é mais acentuado no Cruzeiro, onde a maioria dos prédios é cercada por grades altas, que enclausuram jardins e estacionamentos. Em outubro passado, o Superior Tribunal de Justiça considerou que o gradeamento fere o tombamento, mas não estipulou prazos para a retirada. "Os pilotis não são áreas privadas", enfatizou o superintendente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) no DF, Alfredo Gastal. O Iphan realiza vistorias quinzenais e comunica ao Ministério Público os endereços irregulares.

A historiadora e mestre em arquitetura Marta Litwinczik lembra que o conjunto urbanístico do Plano, mesmo tombado, está em constante modificação. "O argumento de que ela está engessada não é real. As modificações têm que acontecer, mas de uma forma participativa, com ação pública", explicou. Segundo ela, a conservação do patrimônio não depende só do tombamento. "Por que é difícil preservar Brasília? As pessoas não têm uma cultura de observar a legislação. Se houvesse consciência de que a cidade ficaria naturalmente preservada se as normas urbanísticas fossem preservadas, não teria esse conflito".

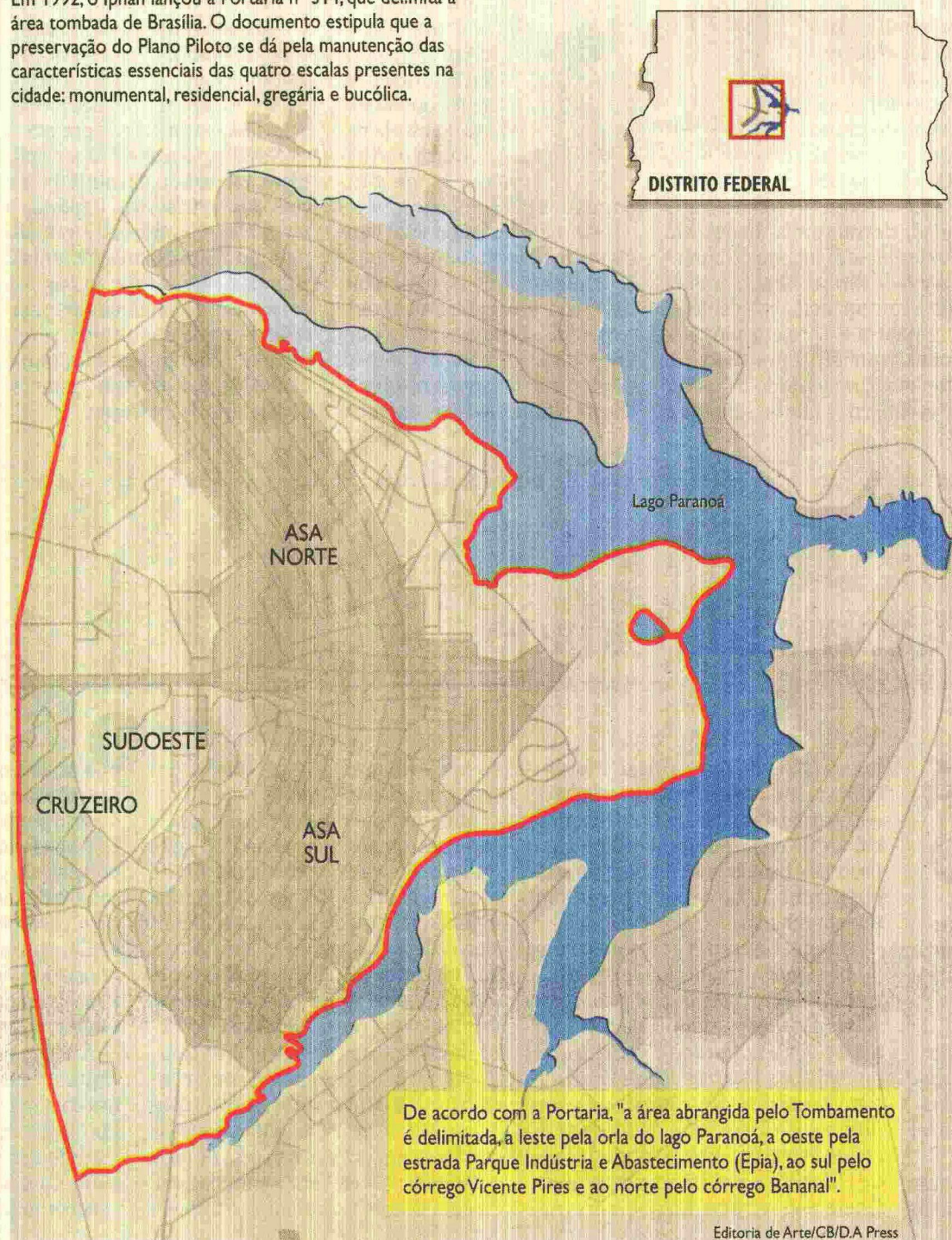
O próximo desafio do governo é organizar os terrenos próximos à área tombada para que o Plano Piloto não se torne uma ilha no futuro. O que existe hoje é um controle das edificações erguidas perto da Epia. Prédios construídos a até 3 quilômetros da pista devem respeitar o limite de 12 andares. Nas outras regiões que contornam o bem tombado, ainda não há limites.



ENTRE AS DISTORÇÕES MAIS COMUNS, DESTACAM-SE AS GRADES QUE CERCAM OS PILOTIS DE PRÉDIOS NO CRUZEIRO

ÁREA PRESERVADA

Em 1992, o Iphan lançou a Portaria nº 314, que delimita a área tombada de Brasília. O documento estipula que a preservação do Plano Piloto se dá pela manutenção das características essenciais das quatro escalas presentes na cidade: monumental, residencial, gregária e bucólica.



De acordo com a Portaria, "a área abrangida pelo Tombamento é delimitada, a leste pela orla do lago Paranoá, a oeste pela estrada Parque Indústria e Abastecimento (Epia), ao sul pelo córrego Vicente Pires e ao norte pelo córrego Bananal".

Editoria de Arte/CB/D.A. Press

Proteção em dose dupla

Brasília é duplamente protegida contra mudanças drásticas na arquitetura. A cidade é tombada, ou seja, tem suas características asseguradas por lei, e é reconhecida como patrimônio cultural da humanidade—dois títulos diferentes. A lista dos patrimônios mundiais é organizada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Podem receber o título cidades, monumentos isolados, áreas de conservação de animais ou plantas, belezas naturais e outros. Brasília recebeu o título em 1987, na mesma reunião que reconheceu a Muralha da China como patrimônio.

"O que se espera é que a cidade mantenha os atributos principais que deram sustentação à inscrição na lista do patrimônio mundial. Não que ela não possa sofrer alterações. As cidades são seres vivos, que estão em permanente transformação. O desafio é fazer com que essas mudanças se deem com qualidade", explicou a coordenadora do Setor de Cultura da Unesco no Brasil, Jurema Machado. Segundo ela, alguns dos riscos que os sítios correm são a má gestão, perda de controle da expansão urbana, danos paisagísticos e ambientais ou destruição de monumentos.

Oryx

A Unesco tem uma lista com bens em perigo — que sofreram desastres naturais, danos paisagísticos e outros. Um deles chegou a perder o título. O santuário da Arabian Oryx, (espécie de antílope) em Oman (no Oriente Médio), era patrimônio mundial desde 1994. A reserva era usada para a conservação do animal, mas foi reduzida em 90%. Com o habitat degradado, a população de Oryx diminuiu e, em 2007, o título foi retirado. Esse tipo de questão é avaliada pelo Comitê do Patrimônio Mundial, formada por delegados de 21 países. Antes disso, o sítio entra na lista dos bens em perigo. "São bens que estão passando por algum risco, seja de gestão, acidente natural, ou que foram danificados por catástrofes", disse Jurema. Segundo a coordenadora, Brasília tem um "grau de preservação razoável, satisfatório".